

Moçambique: protesto pós-eleitoral ou novo ciclo político?

Depois da luta pela libertação, da guerra civil, dos acordos de paz e da transição para o multipartidarismo, os partidos tradicionais não compreenderam a mudança.

Nuno Severiano Teixeira | Público | 8 de Janeiro de 2025

Os moçambicanos foram às urnas a 9 de Outubro de 2024. De acordo com os resultados oficiais, a Frelimo, no poder, conquistou 195 dos 250 lugares do Parlamento. O Podemos substituiu a Renamo na liderança da oposição com 31 lugares. A Renamo e o MDM obtiveram, respectivamente, 20 e quatro lugares. Nas presidenciais não foi diferente. O candidato da Frelimo, Daniel Chapo, obteve 70% dos votos, Venâncio Mondlane, da oposição, apenas 20%. A serem verdadeiros os resultados, teria sido a maior vitória eleitoral de sempre da Frelimo. Só que os resultados foram imediatamente contestados. Pela oposição interna, pelos observadores internacionais e pela rua.

As irregularidades terão ocorrido ao longo de todo o processo eleitoral: na campanha, no voto e na contagem. Isto é, uma fraude eleitoral. Em Moçambique a fraude eleitoral não é excepção. Pelo contrário, tem sido a regra desde a transição do sistema de partido único para o multipartidarismo e as eleições de 1999. Foi, aliás, essa falta de credibilidade das eleições que, segundo todos os índices internacionais sobre a democracia, levou Moçambique a um processo de autocratização e fez cair o país de um regime híbrido para o autoritarismo. A fraude não é novidade. Novidade é a reacção popular à fraude: a dimensão e a intensidade do protesto, que tomou conta da rua.

Antes, as vozes contra eram poucas e unas, hoje são muitas e múltiplas. E por isso, difíceis de calar sem repressão violenta.

Contam-se já milhares de presos, centenas de feridos e dezenas de mortos, para além do assassinato de dois opositores políticos, o que radicalizou desde logo os protestos. Mas afinal o que é que mudou para haver tal reacção? Mudou o ciclo histórico.

Depois da luta pela libertação, da guerra civil, dos acordos de paz e da transição para o multipartidarismo, os partidos tradicionais não compreenderam a mudança. E nem o país se desenvolveu (está com 183 em 193 do Índice de Desenvolvimento Humano da ONU) nem a democracia se consolidou. A população é muito jovem (mais de 65% tem menos de 25 anos) o que significa que a maioria dos eleitores já não tem memória da guerra civil e muito menos da luta pela independência. Consequentemente, não reconhece aos partidos tradicionais qualquer legitimidade histórica. Olha para a Frelimo como o partido que fez transitar o país

do socialismo para essa espécie de capitalismo de Estado e que transformou a sua elite de uma burocracia marxista-leninista num sindicato de negócios.

Por outro lado, a Renamo não soube renovar-se, não soube acompanhar o eleitorado mais jovem, mais qualificado e mais cosmopolita. À renovação preferiu a continuidade dos generais da guerrilha. Depois da morte do seu líder histórico, elegeu um desses generais que, ao que se soube, negociou com o poder os resultados eleitorais do seu próprio partido, nas eleições de 2018. Perdeu credibilidade e, agora, a liderança da oposição.

Mondlane é contra a corrupção e a tirania, a favor do desenvolvimento e da prosperidade, da unidade nacional e da paz. Evangélico, não esconde a proximidade com o neoliberalismo económico e um populismo de direita radical. Mas, independentemente, do seu programa, é carismático, usa as redes sociais, tem um estilo novo e uma nova linguagem. Tem fragilidades internas, mas soube preencher o vazio de liderança que havia na oposição ao regime. É um sintoma de mudança. Porque o que está em causa nos protestos é mais que a expressão do descontentamento contra a fraude eleitoral. É um sinal da mudança de ciclo político em Moçambique.

Não sabemos, ainda, qual a saída para a crise. Mas há dois cenários possíveis. Ou o candidato da Frelimo toma posse e se consolida como presidente e isso significará o reforço do autoritarismo. Não pelo seu perfil ou porque o queira, mas porque perdeu a legitimidade e terá de governar contra boa parte da população. Ou se abre um diálogo político para um governo provisório de unidade nacional que prepare a transição. Mas isso obriga a novas eleições e, sobretudo, à partilha de poder, que o mesmo é dizer, à partilha da riqueza - princípio estranho à cultura política dominante.

Bom seria que as partes aceitassem uma mediação internacional. E Portugal estaria num lugar privilegiado para desempenhar esse papel. Mas, ao contrário da prudência da União Europeia, o reconhecimento imediato e implícito dos resultados pelo Governo e pelo Presidente da República podem retirar a Portugal a independência necessária a uma mediação internacional. Resta a Comunidade de Santo Egídio, que já foi fundamental no processo de paz.

<https://www.publico.pt/2025/01/08/opiniao/opiniao/mocambique-protesto-poseleitoral-novo-ciclo-politico-2117929>